



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 36, DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Antonio Anastasia
RELATOR: Senador Humberto Costa
RELATOR ADHOC: Senadora Simone Tebet

21 de Março de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que *altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Em síntese, a proposição legislativa em exame tem como objetivo alterar os arts. 19, 20 e 22 da Lei Maria da Penha para possibilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor, independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal. Com isso, permite a concessão de medidas de urgência em casos cíveis e quando haja a simples iminência de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.



SF/18059.39589-52



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Na justificação, o autor do PLS afirma que, com as modificações propostas “certamente será ampliada a proteção de que tanto carecem as mulheres diante da vulnerabilidade à violência doméstica e familiar em que, lamentavelmente, ainda se encontram no nosso País”.

Não foram apresentadas emendas ao PLS no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o *direito processual penal* está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61, da Carta Magna.

Por sua vez, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PLS é conveniente e oportuno.

Da mesma forma que o autor do PLS, em nosso entendimento, a Lei Maria da Penha não tem caráter unicamente repressivo, o que restringiria a sua aplicação apenas ao âmbito penal, mas trata-se, na verdade, de lei eminentemente protetiva. Ademais, mesmo na seara penal, entendemos que a aplicação das medidas protetivas de urgência independe da instauração de inquérito policial ou de processo penal.

Com efeito, na prevenção da violência doméstica e familiar contra mulher, o que é extremamente relevante é a existência de uma situação fática de prática de violência contra a mulher, ou mesmo a sua iminência, que seja apta a



SF/18059.39589-52



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

possibilitar a intervenção do Estado, por meio das medidas protetivas de urgência elencadas na Lei Maria da Penha.

Sendo assim, o PLS, de forma acertada, possibilita a concessão de medidas protetivas de urgência “ainda que no âmbito cível e com caráter meramente satisfativo, independentemente da existência de inquérito policial ou processo penal instaurado contra o agressor”. Ademais, permite a sua aplicação quando houver “iminência” de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Não obstante essas considerações, entendemos que o PLS pode ser aperfeiçoado.

No art. 19 da Lei Maria da Penha, que é objeto de alteração pelo PLS, propomos que as medidas protetivas de urgência possam ser requeridas também pelo Delegado de Polícia. A grande maioria dos casos de violência doméstica contra a mulher chegam primeiramente às delegacias de polícia. Dessa forma, com o objetivo de possibilitar a pronta concessão de eventuais medidas de urgência, é importante que o Delegado de Polícia possa requerer imediatamente tais medidas.

Por sua vez, no art. 20 da Lei Maria da Penha, que também é objeto de alteração pelo PLS, propomos a alteração da expressão “autoridade policial” por “Delegado de Polícia”. Tal alteração é importante para se evitar interpretações equivocadas que ampliem o conceito de autoridade policial para todo e qualquer policial. Com efeito, entendemos que o Delegado de Polícia, por ser bacharel em Direito, é o único apto a requerer a prisão preventiva do agressor.



SF/18059.39589-52



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2014

Altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para possibilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor, sem a vinculação a inquérito policial ou a processo penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passam a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 19.** As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou do Delegado de Polícia, ou a pedido da ofendida, ainda que no âmbito cível e com caráter meramente satisfativo, independentemente da existência de inquérito policial ou processo penal instaurado contra o agressor.

.....” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

“**Art. 20.** Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução processual, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do Delegado de Polícia.

.....” (NR)

“**Art. 22.** Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, ou na sua iminência, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

.....” (NR)

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de março de 2015

, Presidente

, Relator



SF/18059.39589-52



Relatório de Registro de Presença
CCJ, 21/03/2018 às 10h - 9ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

| Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | |
|----------------------------|-----------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| JADER BARBALHO | 1. ROBERTO REQUIÃO |
| EDISON LOBÃO | 2. ROMERO JUCÁ PRESENTE |
| EDUARDO BRAGA PRESENTE | 3. RENAN CALHEIROS |
| SIMONE TEBET PRESENTE | 4. GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE |
| VALDIR RAUPP PRESENTE | 5. WALDEMIR MOKA PRESENTE |
| MARTA SUPPLY PRESENTE | 6. ROSE DE FREITAS PRESENTE |
| JOSÉ MARANHÃO | 7. RAIMUNDO LIRA |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
|--|------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| JORGE VIANA | 1. HUMBERTO COSTA PRESENTE |
| JOSÉ PIMENTEL PRESENTE | 2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE |
| FÁTIMA BEZERRA PRESENTE | 3. REGINA SOUSA PRESENTE |
| GLEISI HOFFMANN | 4. HÉLIO JOSÉ PRESENTE |
| PAULO PAIM PRESENTE | 5. ÂNGELA PORTELA PRESENTE |
| ACIR GURGACZ | 6. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE |

| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
|------------------------------------|-------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| AÉCIO NEVES PRESENTE | 1. RICARDO FERRAÇO PRESENTE |
| ANTONIO ANASTASIA PRESENTE | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA PRESENTE |
| FLEXA RIBEIRO PRESENTE | 3. EDUARDO AMORIM PRESENTE |
| RONALDO CAIADO PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE |
| MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE | 5. JOSÉ SERRA |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
|---|------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| LASIER MARTINS PRESENTE | 1. IVO CASSOL |
| BENEDITO DE LIRA | 2. ANA AMÉLIA PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA | 3. OMAR AZIZ |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | |
|--|--------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| LÚCIA VÂNIA PRESENTE | 1. ALVARO DIAS |
| LÍDICE DA MATA PRESENTE | 2. JOÃO CAPIBERIBE |
| RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE | 3. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE |

| Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | |
|-------------------------------------|------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTE |
| ARMANDO MONTEIRO PRESENTE | 1. CIDINHO SANTOS PRESENTE |
| EDUARDO LOPES PRESENTE | 2. VICENTINHO ALVES PRESENTE |
| MAGNO MALTA | 3. WELLINGTON FAGUNDES |



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

DÁRIO BERGER

ATAÍDES OLIVEIRA

PAULO ROCHA

JOSÉ MEDEIROS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 197/2014 (nos termos do Parecer).

| TITULARES – Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Maioria (PMDB) (PMDB, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|---|------------|------------|------------------|--|------------|------------|------------------|
| JADER BARBALHO (PMDB) | | | | 1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | |
| EDISON LOBÃO | | | | 2. ROMERO JUCÁ (PMDB) | X | | |
| EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | 3. RENAN CALHEIROS (PMDB) | | | |
| SIMONE TEBET (PMDB) | X | | | 4. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB) | X | | |
| VALDIR RAUPP (PMDB) | X | | | 5. WALDEMIR MOKA (PMDB) | | | |
| MARTA SUPLCY (PMDB) | X | | | 6. ROSE DE FREITAS (PMDB) | X | | |
| JOSÉ MARANHÃO (PMDB) | | | | 7. RAIMUNDO LIRA (PMDB) | | | |
| TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| JORGE VIANA (PT) | | | | 1. HUMBERTO COSTA (PT)(RELATOR) | | | |
| JOSÉ PIMENTEL (PT) | X | | | 2. LINDBERGH FARIAS (PT) | | | |
| FÁTIMA BEZERRA (PT) | X | | | 3. REGINA SOUSA (PT) | | | |
| GLEISI HOFFMANN (PT) | | | | 4. HÉLIO JOSÉ (PROS) | | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | 5. ÂNGELA PORTELA (PDT) | X | | |
| ACIR GURGACZ (PDT) | | | | 6. SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | |
| TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | 1. RICARDO FERRAÇO (PSDB) | | | |
| ANTONIO ANASTASIA (PSDB) | | | | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB) | | | |
| FLEXA RIBEIRO (PSDB) | | | | 3. EDUARDO AMORIM (PSDB) | | | |
| RONALDO CAIADO (DEM) | | | | 4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM) | | | |
| MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | 5. JOSÉ SERRA (PSDB) | | | |
| TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LASIER MARTINS (PSD) | X | | | 1. IVO CASSOL (PP) | | | |
| BENEDITO DE LIRA (PP) | | | | 2. ANA AMÉLIA (PP) | X | | |
| CIRO NOGUEIRA (PP) | | | | 3. OMAR AZIZ (PSD) | | | |
| TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| LÚCIA VÂNIA (PSB) | X | | | 1. ALVARO DIAS (PODE) | | | |
| LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | 2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB) | | | |
| RANDOLFE RODRIGUES (REDE) | | | | 3. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB) | X | | |
| TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTE – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| ARMANDO MONTEIRO (PTB) | X | | | 1. CIDINHO SANTOS (PR) | X | | |
| EDUARDO LOPES (PRB) | | | | 2. VICENTINHO ALVES (PR) | | | |
| MAGNO MALTA (PR) | | | | 3. WELLINGTON FAGUNDES (PR) | | | |

Quórum: 17

Votação: TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 21/03/2018

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador ANTONIO ANASTASIA
Vice-Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 197/2014)

NA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATORA “AD HOC” A SENADORA SIMONE TEBET, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR HUMBERTO COSTA.

A COMISSÃO APROVA O SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS N° 197, DE 2014, RELATADO PELA SENADORA SIMONE TEBET. O SUBSTITUTIVO SERÁ SUBMETIDO A TURNO SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 282 C/C ART. 92 DO RISF.

21 de Março de 2018

Senador ANTONIO ANASTASIA

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania